

1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC

Inquérito Civil n.º 06.2016.00006758-7

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim, representada, neste ato, por seu Promotor de Justiça titular nesta Comarca, **SIMÃO BARAN JUNIOR**; e a **CLÍNICA MÉDICA TISSIANI LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 14.159.359/0001-10, neste ato representada por **JEAN CLEBER TISSIANI**, inscrito no CPF sob o n.º 021.939.709-04, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, com fundamento no art. 5.º, § 6.º, da Lei n.º 7.347/85 e no art. 89 da Lei Estadual n.º 197/2000 e;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, incisos II e III, da CRFB);

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana (art. 1.º, inciso III) e como um dos seus objetivos fundamentais “*promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação*” (art. 3.º, inciso IV), além de expressamente declarar que “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*” (art. 5.º, *caput*);

CONSIDERANDO que a Lei Federal n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o Decreto Lei n.º 5.296/2004 regulamentou as Leis n.º 10.048/2000 e n.º 10.098/2000 e a NBR 9050:2015 estabeleceu critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

CONSIDERANDO a exigência do art. 13 do Decreto n.º 5.296/2004, de que só poderão ser emitidos alvarás de funcionamento e de habitação se certificado o

1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC

cumprimento das regras de acessibilidade previstas no Decreto e na ABNT NBR 9050:2015;

CONSIDERANDO a tramitação, nesta Promotoria de Justiça, do Inquérito Civil n.º 06.2016.00006758-7, destinado a apurar a falta de acessibilidade no Pet Shop Be Belinha & Cia, localizado na Avenida Luiz Lunardi, Centro do Município de Xaxim;

CONSIDERANDO que no lote onde está instalado o Pet Shop Be Belinha & Cia estão edificadas diversas construções, que estão em processo de regularização perante o poder público, conforme documentos das fls. 25-28;

CONSIDERANDO que inobstante o teor do despacho das fls. 36-37, no dia de hoje as tratativas com o Município de Xaxim avançaram no sentido de ser liberado alvará de funcionamento para estabelecimentos que comprovadamente estão em processo de regularização, o que é o caso da Clínica Médica Tissiani.

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5.º, § 6.º da Lei Federal n.º 7.347/85 e art. 86 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei n.º 197/2000), mediante os seguintes termos:

1 – DO OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta tem por objeto dar cumprimento às normas da Lei n.º 10.098/00; do Decreto-Lei n.º 5.296/04, que regulamentou as Leis n.º 10.048/00 e 10.098/00, e da NBR 9050:2015, objetivando que o **COMPROMISSÁRIO** adapte a sala comercial onde está localizada a Clínica Médica Tissiani Ltda às normas de acessibilidade.

2 – DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER:

CLÁUSULA SEGUNDA: A **COMPROMISSÁRIA** compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: adaptar a sala comercial onde está localizada a Clínica Médica Tissiani Ltda às normas de acessibilidade, conforme determina a norma ABNT NBR 9050:2015 e a legislação aplicável, no prazo de 60 dias, a contar da presente data.

CLÁUSULA TERCEIRA: A compromissária apresentará à Promotoria de

1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC

Justiça, no prazo acordado, laudo técnico subscrito por engenheiro ou arquiteto, com ART/RRT, informando o cumprimento integral da NBR 9050 em relação à edificação;

Parágrafo Único: Durante o prazo previsto neste acordo, não há óbice ao fornecimento de alvará de funcionamento provisório da edificação, nem impedimento para que as instalações continuem a ser utilizadas.

CLÁUSULA QUARTA: O acordo ora celebrado refere-se tão somente à sala comercial onde está instalada a Clínica Médica Tissiani e não desobriga a proprietária do imóvel de adequar as demais edificações do lote nem desobriga ao atendimento das demais exigências legais.

3. DA MULTA E DA EXECUÇÃO:

O descumprimento das obrigações constantes no presente compromisso, sujeitará a COMPROMISSÁRIA, a título de cláusula penal, ao pagamento de multa no importe de R\$ 100,00 (cem reais) por dia, exigível enquanto perdurar a violação, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação executiva específica para cobrar-se o fiel cumprimento das obrigações, caso não respeitados as formas e os prazos previstos neste compromisso, na forma estatuída no parágrafo 6.º, do art. 5.º, da Lei Federal n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 84, do Código de Defesa do Consumidor.

4. DA VIGÊNCIA:

Este ajuste somente produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura. A COMPROMISSÁRIA sai cientificada pelo Ministério Público do início de vigência do presente ajuste, bem como dos prazos a serem observados.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Fica consignado que os valores eventualmente desembolsados a título de cláusula penal deverão ser revertidos em benefício do FUNDO ESTADUAL DE REPARAÇÃO DOS BENS LESADOS, de que trata a Lei n.º 15.694, de 21 de dezembro de

1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC

2011, e regulamentada pelo Decreto n.º 808, de 9 de fevereiro de 2012, na Conta corrente: 63.000-4, Agência 3582-3, Banco do Brasil, CNPJ: 76.276.849/0001-54.

As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3.º do art. 9.º da Lei Federal n.º 7.347/85 e o art. 26 do Ato n.º 335/2014/PGJ.

Xaxim/SC, 10 de abril de 2018.

SIMÃO BARAN JUNIOR

Promotor de Justiça

CLÍNICA MÉDICA TISSIANI LTDA

Compromissária